

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS ARAPIRACA
CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA - EaD**

JOÃO JOSÉ MARQUES DA SILVA

**DISCUSSÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE BRASILEIRO**

**ARAPIRACA
2020**

João José Marques da Silva

Discussões sociológicas sobre desenvolvimento rural da agricultura familiar no
Nordeste brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado a Universidade Federal de
Alagoas, UFAL, *Campus* Arapiraca, como
requisito parcial para obtenção do título de
Graduado em Ciências sociais - EaD
Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. João Vicente Ribeiro
Barroso da Costa Lima

Arapiraca

2020



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA
Bibliotecário Responsável: Nestor Antonio Alves Junior

CRB - 4 / 1557

S586d Silva, João José Marques da
Discussões sociológicas sobre desenvolvimento rural da agricultura familiar no
Nordeste brasileiro / João José Marques da Silva. – Arapiraca, 2020.
40 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais - EaD) -
Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2020.

Orientador: Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima.

Referências: f. 38-40.

1. Relações sociais. 2. Sociologia rural. 3. Agricultura familiar. I. Lima, João Vicente
Ribeiro Barroso da Costa. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 20 (vinte) dias do mês de januário do ano de 2020, às 13:00 horas compareceu perante a banca Examinadora o(a) aluno(a) João José Marques da Silva autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC intitulado "As discussões sociológicas sobre desenvolvimento rural às agriculturas familiares", sendo a Banca Examinadora constituída pelos professores: João Vicente R. B. Costa Lima (orientador/a), Marina Melo e Luciana Santana.

que atribuíram respectivamente as seguintes notas: 1º examinador sete (7,0), 2º examinador sete (7,0), 3º examinador sete (7,0), cuja média aritmética é sete (7,0), tendo a referida banca considerado(a) aprovado(a) e apto(a) para a Colação de Grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

E por estar conforme, eu _____ técnico do Instituto de Ciências Sociais lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros da banca e pelo Diretor do Instituto de Ciências Sociais.

1º Examinador(a):

2º Examinador(a):

Marina Felix de Melo

3º Examinador(a):

Diretor(a) do Instituto de Ciências Sociais

João Vicente R. B. Costa Lima
Prof. Dr. Marina Felix de Melo
Vice-Diretor do Instituto
de Ciências Sociais (IACS)

Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Dedico este trabalho a Luiz Inácio Lula da Silva, que com muito esforço, determinação e capacidade política, por meio de seu governo, deu a oportunidade a milhões de pessoas de cursar o ensino superior através da construção de vários *Campus* Universitários no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por sempre me conceder tantas experiências de crescimento.

Ao meu pai, João Marques da Silva (*in memoriam*), e minha mãe, Luiza Barbosa da Silva, graças à Deus, aos 95 anos lúcida e presente, analfabetos, nunca frequentaram uma escola, mas sabiam e reconheciam a importância da educação na vida de qualquer pessoa, mesmo sem ter essa oportunidade, demonstraram sempre que mesmo assim, o ser humano aprende muito com os ensinamentos recebidos e as experiências vividas, não souberam decifrar o que as letras dizem, mas souberam sempre expressar para filhos e filhas o que seria necessário para saber respeitar o próximo.

À minha esposa Jenelva, que sempre me apoiou e cobrou muito para que eu não desistisse.

Às minhas filhas, Janimara, Luana, Bruna e Maria Luiza, por terem apoiado e colaborado em todo o curso, mas preciso fazer jus a quem mais contribuiu continuamente, Bruna foi fundamental, precisa comigo durante todo o curso.

Aos colegas da turma, especialmente aqueles que sempre marcavam presença na sala de aula, pois isto foi um grande motivador, destaco os amigos Israel Medeiros e Severino Vitorino pela aproximação de amizade.

À tutora presencial Lucineide Cassia dos Santos, sempre muito presente e compromissada com as suas atribuições.

A todos os professores e professoras da 2ª turma do curso de Ciências Sociais-EAD, UFAL- *Campus Arapiraca*, que se comprometeram e deram o melhor de si.

Ao meu orientador professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima, por ter me recebido e aceitado ser meu orientador com presteza e gentileza.

Por fim, quero aqui agradecer, reconhecer e enaltecer o mundo acadêmico por ser de tanta valia para todas as sociedades.

“A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.”

Milton Santos

RESUMO

Os meios urbano e rural passam por modificações constantes, a cada nova evolução, a cada crescimento esses ambientes podem tomar nova forma e adquirir novas características de relações sociais, econômicas, culturais. No entanto, é notável que as mudanças ocorridas no meio urbano acontecem de maneira mais rápida, enquanto que no meio rural os processos de globalização chegam de maneira mais lenta. Essa diferença fez com que o ambiente rural fosse visto como antiquado, no entanto o que se tem são organizações com padrões diferentes, enquanto no meio urbano há com maior predominância a individualidade, a correria, a necessidade de crescimento constante, no meio rural há a manutenção da cultura e a preservação de relações sociais mais próximas, aspectos esses que levam a uma organização econômica específica. O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância da sociologia rural voltada para a valorização da organização socioeconômica e sociocultural desse ambiente, assim como do incentivo a agricultura familiar, tendo em vista mostrar como essa agricultura auxilia na manutenção e preservação das relações sociais e do meio ambiente. Essa discussão é realizada a luz das teorias de José Graziano da Silva, Sergio Schneider, Everton Lazaretti Picolotto, Renato Miguel do Carmo e outros contemporâneos. É possível notar a necessidade de uma sociologia rural voltada para o estudo das organizações socioeconômicas e socioculturais tendo em vista fortalecer e manter essas estruturas, assim como da agricultura familiar.

Palavras – chave: Relações sociais. Sociologia rural. Agricultura familiar.

ABSTRACT

The urban and rural environments undergo constant changes, with each new evolution, with each growth these environments can take a new shape and acquire new characteristics of social, economic and cultural relations. However, it is notable that the changes that occurred in the urban environment happen more quickly, while in the rural environment the processes of globalization seem to arrive more slowly. This difference meant that the rural environment was seen as old-fashioned, however what we have are organizations with different standards, while in the urban environment there is a greater predominance of individuality, the rush, the need for constant growth, in the rural area there is maintaining culture and preserving closer social relationships, aspects that lead to a specific economic organization. The present work aims to discuss the importance of rural sociology aimed at valuing the socioeconomic and sociocultural organization of this environment, as well as encouraging family farming, in order to show how this agriculture helps in the maintenance and preservation of social relations and the environment. This discussion is carried out in the light of the theories of José Graziano da Silva, Sergio Schneider, Everton Lazaretti Picolotto, Renato Miguel do Carmo and other contemporaries. It is possible to note the need for a rural sociology focused on the study of socioeconomic and socio-cultural organizations in order to strengthen and maintain these structures, as well as family farming.

Keywords: Social relations. Rural Sociology. Family farming.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL...11	
2.1	BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA RURAL NO BRASIL.....	11
2.2	A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	13
3	DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PROCESSOS DE RECIPROCIDADE.....	21
3.1	DÁDIVA E PROCESSOS DE RECIPROCIDADE.....	21
3.2	ASPETOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	22
4	POR UMA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO RURA.....	27
4.1	CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS URBANO E RURAL.....	27
4.2	A TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais o que torna muito difícil conhecer todos os processos de desenvolvimento rural e urbano, no entanto ao se debruçar sobre alguns desses aspectos é possível compreender em alguns pontos a importância dessa atividade no país diante de sua rica diversidade e das diferenças regionais. Para isso, se faz necessário recorrer aos estudos de teóricos que se dedicaram a essa observação.

Esse trabalho apresenta uma discussão sociológica sobre desenvolvimento rural, mostrando alguns pontos do desenvolvimento urbano, e agricultura familiar no Brasil contemporâneo, suas modificações constantes, o crescimento trazendo novas relações, como também o fortalecimento da agricultura familiar. Busca-se compreender como se deu esse processo diante das relações existencial e temporal vivenciadas em suas nuances ao longo das décadas. Neste sentido, foram estudadas abordagens de importantes teóricos que se debruçaram sobre esse tema em distintos momentos na contemporaneidade.

Para esse trabalho não foi realizada pesquisa de campo. Caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, tendo em vista discorrer sobre os aspectos de desenvolvimento rural e urbano, sobre agricultura familiar, utilizando de leituras idealizadas por estudiosos da sociologia rural como: José Graziano da Silva, Sergio Schneider, Everton Lazaretti Picolotto, Renato Miguel do Carmo e outros contemporâneos.

No primeiro capítulo, desse trabalho, apresenta-se a discussão sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar no Brasil. Traz-se um breve histórico sobre o desenvolvimento rural, fazendo um apanhado desse ambiente sendo considerado inicialmente como uma grande porção de terra disponível para o desenvolvimento agrícola e em seguida o avanço e a organização da agricultura familiar que passa a ganhar importância e fazer parte integrante da economia.

No segundo capítulo aborda-se a reciprocidade e o conceito de dádiva, Marcel Mauss (1993), o valor das coisas não pode ser maior que o valor da relação entre os indivíduos, bem como a transposição desse conceito se dá para o campo econômico rural. A dádiva se constitui como um processo necessário a manutenção e nutrição das relações entre os sujeitos sociais, (MARTINS, 2005). Discorre-se ainda sobre os

aspectos do desenvolvimento rural levando-se em consideração a organização sociocultural e socioeconômica nesse ambiente.

O terceiro capítulo trata das características do rural e urbano, o comportamento e a organização espacial os processos que norteiam os caminhos para esse diálogo sobre as teorias de Emile Durkheim. Fala-se sobre o modo de vida na grande cidade e no meio rural e o aumento geográfico e territorial de povoamento, a transição do rural para o urbano e a importância dos estudos da sociologia rural.

Por fim, é possível perceber que o meio rural, que antes era visto apenas como um espaço de retrocesso, passa a ter grande importância com a agricultura familiar que insere essa região de maneira mais ativa na economia, saindo do papel que ocupava antes apenas de exploração de terra e mão de obra, para uma posição mais ativa, valorizando a organização sociocultural e socioeconômica desse ambiente. No entanto, se faz necessária maior atenção da sociologia rural para esses aspectos, fortalecendo a partir de análises e estudos a importância da agricultura familiar no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nesta sessão são explanados o desenvolvimento rural no Brasil, a importância da agricultura família e as lutas das organizações sociais para garantia do incentivo ao desenvolvimento rural, através da organização desses espaços.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA RURAL NO BRASIL

No Brasil, historicamente os trabalhadores e produtores rurais de pequena escala, aqueles que produzem para o próprio consumo e para vender no mercado interno, sempre sofreram desprezo, preconceitos e exploração, sempre foram marginalizados, não havia incentivos. A partir dos anos 90 surge um novo momento de relações no Brasil, trazidos pela redemocratização no país. Mas, até então, tudo que era produzido no campo pelo pequeno produtor rural, era visto apenas como uma questão de sobrevivência daquele povo esquecido lá da zona rural.

Costumeiramente essa gente plantava o milho, arroz, feijão, a batata doce e a mandioca, essas eram as lavouras básicas do pequeno lavrador no sentido de garantir o sustento de suas famílias, e a depender do inverno e da produção anual, era possível conseguir comercializar a parte excedente, ou seja, o produtor separava a parte que garantia o sustento de sua família durante os meses entre safra, o que sobrava levava nas feiras das pequenas cidades mais próximas para comercializar. No entanto, se plantava outros tipos de lavouras, como o algodão e o fumo, sendo esses dois últimos apenas para comercializar.

Entretanto, esses produtores viviam no anonimato perante o Estado, principalmente em certas regiões dos Estados brasileiros, portanto esse povo passava grandes dificuldades, tanto pela falta de apoio na preparação do solo, ou seja, a falta de acompanhamento técnico, como também não existia propostas de mercado para o escoamento da produção, a presença do Estado era praticamente zero.

Outro fator nocivo a essa situação eram as barreiras e os obstáculos que os grandes produtores impuseram continuamente, é fato que a categoria obteve avanços significativos nas últimas três décadas, apesar dos empecilhos, mas para isso foi preciso muito esforço, foram décadas de muitas lutas, muito empenho de homens e mulheres do campo, e de outras personalidades, como políticos, teóricos pesquisadores comprometidos com essa causa, lideranças sindicais, lideranças

religiosas, e todos os movimentos de luta pela terra como o MST (Movimento Sem terra), esse último, o mais organizado e fundado nos anos 80.

A agricultura familiar sofria preconceitos e tinha um formato muito acanhado. Nos municípios em geral, onde as prefeituras tem maior atenção aos agricultores, percebe-se que alguns empecilhos são resolvidos com facilidades, como por exemplo, disponibilizar agrônomos e técnicos agrícolas para acompanhar o remanejamento de todo processo da cadeia produtiva, como também planejamentos que garantem mercados para absolver a produção, são políticas públicas de baixo custo e que prestam enormes contribuições aos agricultores, isto faz com que o agricultor aumente a produção, tenha mais qualidade e não precise dos atravessadores - são pessoas que entram na comercialização sem ter despesas, tiram certo proveito da situação, faturam muito bem podendo prejudicar o faturamento do produtor.

Portanto a agricultura familiar está posta, e mais precisamente nas últimas três décadas ficou evidente que ela é necessária ao país, a agricultura familiar está espalhada e presente em todas as regiões do país, significa dizer que ela atua em todas as áreas de produção agrícola do Brasil.

A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho: “Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiante, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril” (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10). Da mesma forma, “ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros, os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc.” (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10).

No Brasil, o pequeno produtor rural tem um papel estratégico, necessário e fundamental, primeiro porque ascende, movimenta o mercado e alavanca a economia, depois leva alimentação com facilidade para a mesa das famílias brasileiras, pois são milhares de pequenos produtores espalhados país a fora.

Outro fator preponderante é a forma de produção, existe uma situação real para que esses alimentos sejam cultivados com mais segurança no que se refere ao uso de agrotóxicos, as famílias produtoras também são consumidoras, assim

observam com maior cuidado o alimento oferecido. Esses alimentos são levados até as escolas, ONGS, associações de moradores pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA¹), esse programa compra o que é produzido pela agricultura familiar sem precisar fazer licitações. É importante mencionar que essa proposta foi para desburocratizar, facilitando assim a comercialização dos produtos, esses alimentos são destinados as pessoas em situação de pobreza.

A agricultura familiar traz uma proposta justa e necessária por várias razões. O Brasil é um país de dimensões continentais, com situações regionais muito distintas, e com um abismo social estarrecedor, programas como este vem justamente para enfrentar essas questões de desigualdades, a luta quando nasce e permanece na coletividade demonstra o quanto é importante à unidade dos movimentos sociais em qualquer situação.

O engajamento corajoso de vários profissionais, lideranças simpatizantes na tentativa de rever gradativamente as injustiças e as crueldades cometidas durante séculos pela "casa grande", é uma demonstração grandiosa de coragem e perseverança política que essas pessoas dão ao mundo. A Contag² (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) tem um papel fundamental nessa luta, foram muitas conquistas e momentos difíceis desde sua criação nos anos 60.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos programas que fortalece, e certamente vai contribuir muito para além do meio rural, por várias razões, é a Agricultura Familiar, além de manter as famílias produzindo no campo, é um grande distribuidor de renda, facilita bastante os trabalhos de fiscalização por parte dos órgãos, há um movimento de pessoas inseridas que são

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA é implantado por meio de convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Estado/Município. Cabe ressaltar que o PAA permite a compra, com dispensa de licitação, de alimentos de agricultores familiares, no limite de até R\$ 3,5 mil por família a cada ano.

² A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) foi fundada em 20 de dezembro de 1963. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.

defensoras da produção de alimentos orgânicos, facilita também a compra e a entrega.

Ressalta-se ainda que este é um grande motivador da permanência das tradições e dos laços fraternais, pois ao movimentar continuamente a economia, mobiliza e movimenta todo espaço rural, nesse sentido tende a facilitar o debate sobre o meio ambiente no sentido de fortalecer a luta pela preservação da natureza.

Segundo Soglio e Kubo (2016) a agricultura familiar que responde por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores no Brasil, e emprega 77% da mão de obra no campo, segundo informações de reportagem da TV Brasil, e em algumas regiões do país esse programa chega a superar o agro negócio na produção de comanditeis, café, arroz e milho, porém as propriedades pertencentes a essas famílias ocupam apenas 24% das terras produtivas, que representa um quarto das terras do país, todo o restante está nas mãos do agro negócio que é detentor das grandes produções, e que muitas vezes não atende o mercado interno, no entanto a agricultura familiar ao longo da história quase sempre não é reconhecida em sua capacidade provada de não ser apenas uma atividade rural que atendia único e tão somente algumas necessidades do pequeno produtor rural, nem mesmo os produtores haveria de imaginar que essa produtividade chegasse a atender um número tão expressivo do mercado interno e para, além disso, exportar ao mercado externo.

Brumer *et al.* (1993, p. 180) dialogam com as observações de Queiroz e afirmam que a agricultura de base familiar “nasceu no Brasil sob o **signo da precariedade**, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra”. Precariedade que se revestiu também no “caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção” e da sua pobreza generalizada.

Em 2014, o Brasil recebeu o reconhecimento da FAO³, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, retirou o país do mapa da fome, isto se deve aos resultados de várias políticas sociais que foram criadas da última década,

³ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Criada em 16 de outubro de 1945, a FAO atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas.

porém um dos programas que contribuiu fortemente para que o Brasil obtivesse este reconhecimento foi Agricultura Familiar.

Teoricamente no final da década de 80 e início dos anos 90, como menciona Picolotto (2014) não só estudos acadêmicos, mas também de outros segmentos, e até mesmo de organizações internacionais estiveram comprometidos e foram importantíssimos para que a agricultura familiar tivesse um reconhecimento de grande relevância econômica e social no Brasil.

Ainda segundo Picolotto (2014) o nome de pequena produção, ou pequeno produtor não representava o que era de fato a categoria, então essa percepção de buscar uma nova roupagem foi essencial para esse novo momento desse segmento da agricultura brasileira, houve um novo direcionamento no enfoque dos trabalhos acadêmicos até então realizados nas décadas de 70 e 80, viam como negativo pois a investigação visualizava dentro de uma compreensão de caráter apenas capitalista no que se referia a integração e subordinação versos a indústria, e registra como de grande importância a contribuição que se antecipou as discursões da época.

O trabalho de pesquisadores, liderado por José Graziano da Silva, realizado a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), descobriu informações importantes dentro da estrutura agrária do Brasil, pelo que é observado ainda desconhecida por ambas as partes, os próprios agricultores não sabiam de seu potencial, e de sua produtiva quando somada a sua diversidade agricultável disseminada país a fora, assim como também o poder público talvez nas suas esferas pouco ou nada sabia sobre essa realidade. Esse trabalho fortalece a agricultura familiar e demonstra a importância das atividades acadêmicas em todas as áreas do ensino superior das universidades públicas.

Como afirma Gramsci (2002),

as “classes ou grupos subalternos”, pela sua condição de dominados política e culturalmente, têm grande dificuldade de se unificar e de construir instrumentos organizativos autônomos. As iniciativas de unificação desses grupos são continuamente desarticuladas pela ação dos grupos dominantes (que também dirigem o Estado) seja por instrumentos de repressão, seja pela desqualificação moral e cultural.

Sobre a ação do Estado e as organizações existentes, é preciso considerar o contexto histórico, a relação construída, dessa forma a proposta apresentada certamente terá as condições minimamente buscando compreender a realidade de

cada Cidade, de cada Estado ou região. Não se deve analisar os obstáculos e os problemas de um grupo social querendo resolver tudo pelo lado econômico e construindo teorias desprezando o contexto social cultural e político. Essas experiências foram vivenciadas nos anos 80 em todas as regiões brasileiras dentro das suas diversidades.

Acerca do mencionado anteriormente, um exemplo bem peculiar ocorreu na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, em 1990 quando o cultivo do fumo ainda era a principal fonte de renda da cidade. Um fato que precisa ser pesquisado num outro momento, porém citado aqui para registrar um pouco de uma mudança ocorrida no espaço rural da cidade de Arapiraca. A população estava acostumada praticamente ter apenas o fumo como fonte segura de renda iniciada nos anos 40, o feijão, milho, algodão e a mandioca eram lavouras que sempre se plantou, no entanto tidas como complemento, mais ou menos em meados dos anos 80 surge então o início de uma crise de ordem econômica que pairou sobre o cultivo do fumo, e ficou conhecida na cidade como a decadência da cultura do fumo.

As pessoas estavam tão acostumadas a esse cultivo que ninguém na cidade imaginava que um dia essa atividade deixasse de ser a fonte de renda que outrora se apresentou. A crise foi se intensificando, e quando chegou em uma fase bem crítica tornou-se insustentável, as pessoas começaram a procurar outros afazeres, outro cultivo que pudesse substituir aquele que tinha sido a fonte de renda confiável dos agricultores.

Em algumas áreas da cidade, as associações de moradores iniciaram um trabalho, no sentido de dar suporte aos agricultores locais para enfrentar este momento, um exemplo disso foi a Associação dos Moradores de Batingas, um povoado na zona rural da cidade de Arapiraca, fundada em 1988 promoveu, nesse período, várias reuniões junto aos agricultores na tentativa de encontrar alternativas, pois os produtores de fumo se encontravam sem rumo, alguns até já tinham vendido suas propriedades, outros continuavam insistindo com o plantio do fumo, mas a cada ano que passava, aumentava o desestímulo, no final de cada safra as despesas eram maiores que o recebido.

Assim, surgiram ideias e projetos, como o de distribuição de kits de irrigação que atendeu na época, em 1992, 35 agricultores, que a partir daí deu início a outra atividade rural, foi o início da fase de transição de muitos agricultores produtores de fumo na cidade de Arapiraca que passaram a produzir hortaliças. Esse projeto foi

possível graças ao PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) que foi uma iniciativa do Governo do Estado de Alagoas e que fornecia a verba necessária ao projeto.

Através de iniciativas como esta, a cidade passou a atender todo o seu mercado, e alguns anos depois todo Estado alagoano. Hoje esses produtores atendem além de Alagoas os Estados de Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Como foi citado, esse é um caso a ser estudado e apresentado em outro trabalho.

Medeiros (1989), Romano (1996) e Picolloto (2011) mencionam os acontecimentos na agricultura familiar especialmente no que se refere aos pequenos produtores lutando para ganhar mais espaço e ser reconhecidos como uma classe importante no contexto econômico e social do país, ser de fato protagonistas, provando dentro de suas atividades, ser peça chave para a cadeia alimentar como também na geração de emprego e renda do país.

Fundamental, foi o empenho de todas as lideranças de vários movimentos, estudiosos e políticos, todos comprometidos de fato em apresentar a real situação do meio rural no país, pegando também as experiências de países de outros continentes, e não apenas tendo uma visão superficial, estreita e grosseira, visivelmente demonstrando querer produzir em larga escala a qualquer custo, atropelando etapas e destruindo a natureza como se os mesmos não fizessem parte dela.

Nesse contexto percebe-se claramente o comportamento das forças políticas do Brasil, de um lado se encontra a ambição da elite brasileira, grandes produtores, e indústrias do outro a omissão dos que governam e constroem suas bases elitistas incapazes de acender um debate por um viés progressista.

Neste campo, enfrentavam as forças políticas majoritárias da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira que aglutinava os setores patronais rurais e fizeram valer os seus interesses na definição do texto legal. Coube aos pequenos a conquista desta diferenciação e, posteriormente, as lutas pela sua concretização. (DELGADO, 1994).

No debate sobre as classes envolvendo Contag e CUT⁴ (Central Única dos Trabalhadores), buscando fortalecer a luta através do sindicalismo entre os anos 80 e 90, de fato houve conquistas no espaço de aberturas para diálogos, como também na

⁴ Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora

constituição de novas políticas agrícolas que passou a atender melhor os pequenos produtores rurais, a exemplo da - Portaria MAARA 682/93 e 42/94, com isso o Ministério da Agricultura da época passou a ter mais responsabilidade e compromisso com a classe.

A partir dessa nova realidade da criação da Portaria MAARA⁵ e Contag, passou a se construir relatórios através de uma comissão com propostas e recomendações de políticas agrícolas apresentando ao governo sugestões diferenciadas como o apoio em créditos diferenciado para o pequeno produtor rural, no que se refere a modernização e organização sindical, principalmente de uma formação consciente de trabalhadores e trabalhadoras no que concerne a luta de classe deixou muito a desejar.

Após os anos 80, depois da redemocratização no país se esperava que através dos movimentos as lutas se intensificassem e houvesse maior solidez do proletariado de massa, o que não ocorreu, hoje os trabalhadores e trabalhadoras do campo que não são produtores, os que não possuem propriedades estão sem proteção previdenciária e não há iniciativas por parte dos sindicatos, pelo menos a priori, e fiscalização pelos órgãos governamentais praticamente não existe.

Abre-se aqui uma ressalva para o fato de que não há muita diferença com relação aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, os comerciantes de um modo geral usam o discurso de que pagam muitos tributos, com isso a conta tem ficado para o proletariado, e com a reforma na lei trabalhista retirando direitos, certamente se intensificará a precarização na CLT⁶ (Consolidação das Leis do Trabalho).

Quando o sindicalismo se debruçou sobre a agricultura familiar e resolve assumir essa classe, o cenário sociopolítico, socioeconômico da época, havia um cenário político incerto, porém esperançoso, a inflação era exorbitante, mas a vontade do povo era de que houvesse mudanças, tudo isso contribuiu para avanço com algumas conquistas, e a primeira delas foi o povo conquistar a volta da democracia, mesmo com tantos conflitos existentes no país, certamente foi num momento muito propício para o sindicalismo avançar, se fortalecer junto aos movimentos populares,

⁵ Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária

⁶ Criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, unificando toda legislação trabalhista e existente no Brasil.

ter assumido e trazido os pequenos agricultores como compromisso de luta sem dúvidas foi uma decisão visionária e de futuro para o sindicato.

Ao parar um pouco para refletir sobre o que nós brasileiros vivenciamos a partir 1964 até meados dos anos 80, quando a crise econômica se instalou no governo militar, se por um lado o povo mais pobre sofria diante de comportamentos opressores, e de políticas implantadas que não oferecia dignidade e cidadania, não havia sinais de mudança, nem de esperança nesses governos no sentido de mudar os rumos para uma política de distribuição de renda, pelo contrário, o momento era de austeridade, falava-se muito de equilíbrio fiscal, mas o governo não falava em distribuir a riqueza do país. Contudo, a economia só se agravava, nada que o governo planejava dava certo, o desgaste foi se aprofundando, isso acabou sendo benéfico para acelerar as mudanças, nesse sentido o movimento sindical precisou agir.

A incorporação desta categoria viria a renovar as bandeiras do sindicalismo e ajudar a superar certa crise que se abateu no sindicalismo dos trabalhadores rurais no final da década de 1980 e início de 1990 (NOVAES, 1997; FAVARETO, 2006). Uma das iniciativas mais ousadas com vistas a resolver a crise se deu com o processo de unificação da Contag com o DNTR/CUT, com extinção deste último¹¹. No esforço de unificar o sindicalismo ocorreram eventos importantes que mostravam a força e o potencial que a união dos atores do campo (DNTR/CUT, CONTAG, MST, entre outros).

Tão importante foi essa fase de transição, de muita euforia, porque o momento oferecia ao sindicalismo outras possibilidades, como por exemplo, deixa de ser apenas reivindicatório e assumir o compromisso de ajudar a construir as propostas para ser incorporadas nas pautas do governo. A agricultura Familiar tornou-se tão importante que foi criada a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 para estabelecer e definir regras, conceitos e princípios destinados a formulação de políticas públicas que garanta sua permanência, essa conquista contemplou a luta do sindicalismo, e foi um divisor na história dos trabalhadores rurais.

Esta foi uma proposta de reconhecimento e valorização, o título, Agricultura Familiar insere, contempla todos da casa presente na roça. Foi também uma grande conquista para assentados do MST⁷, já que esse movimento, de homens e mulheres do campo, sempre foi vítima da sociedade e de governos anteriores de discriminação

⁷ O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

e preconceitos. A proposta do programa da Agricultura Familiar foi também fundamental para ajudar a quebrar barreiras preconceituosas e discriminatórias.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PROCESSOS DE RECIPROCIDADE

Desenvolvimento Rural pode ser descrito como a evolução através de práticas e tecnologias aplicadas ao meio rural, no entanto ao se debruçar sobre esse assunto é necessário levar em consideração os vários aspectos econômicos, sociais, históricos, culturais, entre outros, que envolvem esse processo de desenvolvimento. Nessa seção, serão tratados os aspectos do desenvolvimento social referentes a evolução e manutenção das redes sociais desenvolvidas nesses ambientes através dos processos de reciprocidade.

3.1 DÁDIVA E PROCESSOS DE RECIPROCIDADE

Para que se entenda os processos de reciprocidade se faz necessário também discorrer sobre o conceito de dádiva. Para o teórico Marcel Mauss (1993) o valor das coisas não pode ser maior que o valor da relação entre os indivíduos, assim o simbolismo seria fundamental para a vida em sociedade, o valor da troca entre os indivíduos, seja troca de mercadoria, troca de favores, tem um peso muito maior do que o valor referente a um produto negociado.

Essa troca - o dar, receber e retribuir - é o que o autor define como “dádiva” [...] Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número de “prestações” enfim – prestações que podem ser “totais” ou “agonísticas” (incluindo-se, neste último caso, como veremos, o potlatch dos índios do noroeste americano (MAUSS, 1993, p. 187)

As trocas estabelecidas pelos indivíduos de um determinado grupo mediam as relações que vão sendo organizadas nesse meio. Essa troca, vista como dádiva, é algo próprio das relações sociais, antes mesmo de relações de trocas de mercado há a necessidade da troca por convivência, sobrevivência humana.

A compreensão da dádiva como o sistema de trocas básico da vida social permite romper com o modelo dicotômico típico da modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento fluente do mercado. O entendimento do sentido sociológico da dádiva quebra esta dicotomia para introduzir a ideia da ação social como «inter-ação», como movimento circular acionado pela força do bem (simbólico ou material) dado, recebido e retribuído, o qual interfere diretamente tanto na distribuição dos lugares dos membros do grupo social como nas modalidades de reconhecimento, inclusão e prestígio. Por ser a lógica arcaica constitutiva do vínculo social, a dádiva integra potencialmente

em si as possibilidades do mercado (retenção do bem doado) e do Estado (possibilidades de redistribuição das riquezas coletivas). (MARTINS, 2005)

Dádiva se constitui assim, como processo necessário a manutenção e nutrição das relações entre os sujeitos sociais e combustível para o desenvolvimento social através da troca. Essa troca, que é necessária a manutenção da relação entre os indivíduos faz com que esses sintam-se pertencentes a um grupo, com que se reconheçam como integrantes de uma organização social.

Para Mauss (1993) o processo de reciprocidade advém da dádiva, do ato de dar e receber sem pretender ter retorno, nessa definição o ato da troca é desinteressado, ou seja, não há interesse de retorno por parte de quem ofereceu algo. Outros autores vão discordar da teoria colocando o ato de troca como por si só um ato de interesse.

Bourdieu (1996) diz não existir ato de troca sem desinteresse, assim o indivíduo que dá algo, sempre espera um retorno, no entanto esse retorno só acontece quando aquele que recebeu decide fazê-lo, todo ato de troca então, pressupõe dois elementos que são o tempo e o poder. O tempo é definido por aquele que retribuirá, ou seja, o tempo de retorno, e o poder por aquele que dá e deixa o indivíduo que recebeu com a obrigação mesmo que inconsciente de retribuição.

Assim, o processo de reciprocidade acontece de maneira formal ou informal, sendo o formal as relações mais organizadas comercialmente que vão se desenvolvendo com o avanço do sistema capitalista no meio rural, e o informal as relações mais fechadas existentes nos grupos rurais, relações essas estabelecidas por familiares, vizinhos, entre outros.

Com isso, percebe-se o processo de reciprocidade como algo inerente a organização social do ser humano independente de organização de mercado, ou organização econômica. É uma necessidade do ser humano partilhar, dar e retribuir, para organizar sua relação com os demais indivíduos da sociedade.

3.2 ASPETOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O meio rural sofre, como todo meio social, modificações através dos avanços vividos pela humanidade, no entanto, por estar de certa forma mais distante dos

grandes movimentos de mudança há uma organização específica nessas regiões que funcionam em alguns aspectos na contramão do avanço capitalista.

Assim alguns autores identificam esses processos como contramovimentos, [...] entendemos o desenvolvimento rural enquanto um “processo instituído” por meio de “contramovimentos” dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo. (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p 186). Os atores sociais do desenvolvimento rural andam de encontro com as características capitalistas, fazendo assim, um contramovimento ao que é instituído no sistema capitalista.

[...]as diferentes formas de integração não só dão lugar a mobilização, produção e consumo de bens, como são também ‘produtoras de sujeitos’, ao ficarem cunhados nestes os comportamentos baseados nos valores contidos nas instituições que regulam a organização da ordem social. (Sánchez, 2008, p.10; tradução nossa). (ESCHER e SCHNEIDER, 2011. p 193)

As formas de integração que regulam e organizam a ordem social criam o sujeito social, ou seja, o meio em que o sujeito está inserido que se organiza em relação as relações sociais, a produção e consumo de bens molda o tipo de sujeito que faz parte dessa integração, não é algo individual e espontâneo, mas coletivo.

O passo crucial foi o seguinte: trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados como se tivessem sido produzidos para a venda. Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho). E, no entanto, nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta. Com a compra e venda livre do trabalho e da terra, o mecanismo do mercado tornava-se aplicável a estes. Havia agora oferta e procura de trabalho; havia oferta e procura de terra. Havia, por conseguinte um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. Ao trabalho e à terra foram agora atribuídos mercados próprios, tal como acontecia com as mercadorias que eram produzidas por seu intermédio. O verdadeiro alcance de um tal passo pode ser entendido se nos lembrarmos que trabalho é apenas um outro nome para o homem e terra para a natureza. (Polanyi, 1977a, p. 9). Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A

descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p.94 *apud* ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p 194)

O homem e a terra tornam-se mercadorias instituídas pelo mercado. A medida que se atribui um valor ao trabalho e a terra (renda) esses são transformados em mercadorias e ocupam esse lugar que vai sendo determinado através de leis, ideologias, costumes, etc. Assim, a sociedade torna-se um grande mercado em que cada peça - homem, terra, dinheiro, etc. - ocupa seu papel determinado.

Nos países “subdesenvolvidos”, como no caso do Brasil, a chamada “modernização da agricultura” teve início no período desenvolvimentista do segundo pós-guerra, chegando ao seu auge na década de 1970. Neste período, a dinâmica tecnológica e a expansão dos mercados agrícolas foram institucionalmente induzidas através de políticas de intervenção do Estado, como investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado. Os principais beneficiários, além das indústrias – especialmente as estrangeiras –, foram os grandes agricultores “mais eficientes” e produtivos, excluindo os “ineficientes” – basicamente a chamada “pequena agricultura”, de “baixa renda” ou “de subsistência” (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 203-204).

Esse incentivo aos grandes produtores, tendo como foco o agronegócio, abre uma brecha para, que através dos pequenos produtores, sejam alimentadas as produções de maneira equilibrada entre homem-natureza-sociedade. É nesse ponto que se percebe a possibilidade de fuga ao sistema institucionalizado e aos papéis que os sujeitos ocupam dentro desse sistema, qual seja sujeito produtor e consumidor não apenas por necessidade humana, mas por necessidade instituídas pelo sistema.

Esse paradigma produtivista de dinâmica tecnológica e de inserção concorrencial nos mercados não decorre de um processo espontâneo, mas de um sistema de políticas para a regulação setorial organizado através da intervenção do Estado, das organizações profissionais dos agricultores e das instituições e políticas econômicas. (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 205).

Há uma organização tão bem realizada para o ciclo de produção e consumo que o sujeito social é incluído nesse sistema sem se perceber como parte integrante e necessária para manutenção.

[...] A inclusão dos alimentos no mercado capitalista é mais uma expressão de risco à sociedade e à natureza, porque isso inverte a ordem de prioridade entre o meio (o mercado) e o fim (os seres humanos) (Steiner, 2007, p.5; tradução nossa). Ou seja, porque os mercados criam, ao mesmo tempo, as condições estruturais – o alinhamento cognitivo e prático – da produção e da difusão dos medos alimentares (Steiner, 2007, p.14; tradução nossa)¹⁰. Condições estas coerentes com o projeto político de uma sociedade de mercado, mas não com a liberdade individual numa sociedade complexa, tampouco com a face rural do desenvolvimento. (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 206).

O mercado cria necessidades de consumo que não são necessárias, mas que se tornam através principalmente da maneira como o é realizada essa organização política da sociedade de mercado e com o discurso bem estruturado que alimenta no sujeito social desejos e necessidade que não são suas, mas do mercado que controla o desejo do sujeito sem que o mesmo se perceba como indivíduo influenciado.

O processo de globalização, que consolida o “mercado mundial” e aprofunda a reestruturação capitalista, gera um processo combinado de distanciamento e compressão na relação espaço-tempo. Como resultado, promove uma nova divisão internacional e territorial do trabalho, que altera as formas organizacionais das firmas e os processos de produção e circulação de mercadorias em escala global. De tal forma que a reestruturação capitalista também causa impactos nas áreas rurais, tornando-as cada vez mais abertas e interconectadas com as dinâmicas tecnológicas, mercantis e político-institucionais do capitalismo contemporâneo. [...] (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 208).

O mercado precisa da produção rural para alimentar o sistema, assim a chegada das tecnologias e políticas capitalistas nesse ambiente torna-se cada vez mais rápidas, no entanto vale ressaltar que o interesse é sempre por produção de grande escala, não sendo interessante produções que não atendam aos grandes mercados.

[...]De acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida. [...] (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 210).

Da mesma maneira que o sujeito social tem o potencial de ser colocado nesse sistema de alto consumo ele pode resistir as tendências, ou seja, mesmo sendo colocado como instrumento que alimenta a grande produção e consumo o sujeito social tem meios para ter maior autonomia, não estando diretamente ligado ao grande mercado. É o que acontece por exemplo com os pequenos produtores rurais.

[...] Através de processos politicamente orientados, é possível a criação de padrões de troca e distribuição mais autônomos, constituídos sobre relações de reciprocidade, de troca socialmente regulada e de redistribuição, através do movimento de bens e serviços em direção a centros determinados, e de seu retorno aos consumidores por meio de mecanismos institucionalizados em dispositivos coletivos e públicos, articulados entre instâncias do estado e da sociedade civil. (ESCHER e SCHNEIDER, 2011, p. 211).

O excesso de produção e consumo, causado pelo sistema capitalista, pode ser reduzido com a organização das cooperativas por exemplo, tendo como busca principal a produção para suprir a necessidade e partilha para que alguns não tenham em excesso e falte a outros. As comodidades rurais apresentam esse movimento contrário ao grande mercado, andando, de certa maneira, na contramão do sistema capitalista. Essa organização própria do ambiente rural permite a preservação da identidade desse espaço, assim como resistência aos problemas que surgem com os grandes avanços do mercado capitalista.

4 POR UMA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Os estudos sociológicos percorrem diversos caminhos, no entanto nesta sessão são discutidos os aspectos referentes a necessidade do estudo sociológico voltado as questões rurais, a importância de discorrer sobre essa temática na busca de mostrar, identificar e apontar as diferenças existentes no meio rural e urbano e os processos de desenvolvimento que norteiam os avanços no meio rural.

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS URBANO E RURAL

O estudo de Emile Durkheim (1987[1895]) norteia os caminhos de onde se deve partir para uma melhor compreensão de como se dá a noção do meio interno estudando o comportamento relacional do urbano e do rural. Apesar de se tratar da relação entre seres da mesma espécie, a convivência entre as pessoas acontece em ambientes e densidades demográficas completamente distintas, o autor aponta ainda o número de habitantes por unidade de superfície, em suas colocações visualiza o contexto global de duas realidades interdependentes, ou seja, a relação entre as pessoas se dá de maneira peculiar entre rural e urbano. O meio urbano tem como característica a rapidez da globalização, enquanto o meio rural se organiza realizando a manutenção das tradições culturais e sociais.

Outro ponto fundamental, e que chama atenção, segundo Durkheim (1987[1895]) o comportamento e a organização espacial dentro de uma determinada população dependem de sua relação interna. Notadamente tal comportamento é percebido com clareza quando se observa uma atividade cultural costumeira, realiza no meio rural, nessas oportunidades é demonstrada a organização social e política da comunidade pelo envolvimento e a participação das pessoas, um bom exemplo são os festejos juninos e as comemorações das festas de Santo, pois estas demonstram como a comunidade rural preserva sua cultura.

Outros aspectos que podem demonstrar se determinada comunidade apresenta características rurais ou urbanas é a forma como essa comunidade se apresenta, levando-se em consideração o volume populacional, as relações que esses indivíduos estabelecem. Segundo Durkheim (1987),

Número e concentração são os critérios morfológicos utilizados para caracterizar uma dada população que, devido à sua especificidade,

distingue-se de outras. Durkheim estabelece assim uma correspondência linear entre a composição espacial, a proximidade física de um determinado conjunto populacional (densidade material) e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica).

Assim é possível observar que as comunidades rurais e urbanas apresentam, de forma nítida, diferenças no número de sujeitos sociais distribuídos nos povoados ou comunidades em cada ambiente. Em geral o meio urbano apresenta uma grande densidade de indivíduos de maneira mais concentrada, enquanto que o meio rural, por mais que apresente uma maior extensão territorial, por exemplo, deve apresentar um menor número de indivíduos.

George Simmel (1997 [1903]) diz que o modo de vida na grande cidade é o resultado de uma relação direta entre o aumento geográfico e territorial de povoamento, que por consequência aumenta as interações e a comunicação recíproca entre os indivíduos, há situações certamente relativas, entretanto não é possível afirmar que existem uniformidades no Brasil, num mesmo Estado há enormes diferenças, até mesmo em relação ao cotidiano, a depender da região poderão existir comportamentos contrastantes, quer seja por uma questão cultural, quer seja por uma questão de fluxos da economia, isso faz mudar as relações, o grau de reciprocidade pode ser muito baixo, logicamente cada uma com suas especificidades.

Assim, é necessária a observação específica de cada ambiente rural ou urbano e de cada comunidade, para que se entenda a complexidade de determinado meio, no entanto sendo possível fazer inferências do que se constatou em determinado ambiente para observação em outros campos de pesquisa.

Em geral o meio rural apresenta características de maior coletividade enquanto que o meio urbano pode apresentar aspectos mais individualistas, isso se dá devido a organização econômica e mercantil de cada um desses ambientes, no ambiente urbano a necessidade de altos níveis de produção para o alcance do que é previsto pela sociedade para cada indivíduo leva os sujeitos dessa comunidade a se fecharem em suas atividades. O individualismo em qualquer situação no que concerne a tomadas de decisões fragiliza as relações, por isso que em uma sociedade menos individualista os acontecimentos se democratizam com mais facilidade, a coletividade por si só já dá uma demonstração de compartilhamento, e ao mesmo tempo de unidade e união para se lutar por alguma causa.

A extensão urbana e o aumento da densidade populacional conduzem as pessoas a tomarem atitudes no sentido de encontrarem soluções que melhore economicamente suas vidas, e à medida que os negócios vão dando certo, naturalmente tudo vai se transformando. A “transição” que vem acontecendo no Brasil na última década traz visivelmente crescimento, e mudança nos meios rurais e urbanos. O cenário urbano e mais ainda o rural, apresentaram mudanças significativas, como por exemplo, o aumento do número de imóveis e conseqüentemente de indivíduos. Em determinadas localidades esse avanço de moradias sejam elas em condomínio, residenciais ou de construções aleatórias, foi algo nunca vivenciado.

No ambiente urbano já existia um histórico de crescimento econômico diferenciado do meio rural por conta de vários fatores, como por exemplo, a sua localização geográfica e centralidade diante de tantas cidades menores com facilidades de acessibilidade de rodovias e vias de trânsito muito grande. Nesses lugares essa mudança, ou seja, a fase de transição de meio rural para perímetro urbano foi acontecendo muito rápido, em muitas dessas localidades foi inevitável à urbanização pela proximidade, nesses casos foram avanços naturais e contínuos, contudo, houve muito interesse em tornar urbano a parte periférica das cidades tidas como zona rural.

[...] Hoje, a maior parte da população mundial vive em espaços urbanos. Elas são alvo de disputas, uma vez que, o solo urbano, a localização, a infraestrutura localizada, ou possível de ser estabelecida, e a existência de mercados, possibilita a expansão do capital a medida em que a cidade, como um todo, tem valor. Nelas se consome, nelas se produz, nelas se distinguem classes sociais. Não somente a terra na cidade tem valor, mas o conjunto de relações sociais e de possibilidades de reproduzir as ideias e as ações neoliberais, necessitam das cidades. Assim, o processo de urbanização e produção do espaço nas cidades tem sido tensionado pela necessidade de absorver o capital no contexto do neoliberalismo e, mais recentemente, pela hegemonia da financeirização. (DIAS, 2018).

Apesar de milhares de comunidades no Brasil entrarem no perímetro urbano, são de características rural e não foram urbanizadas na prática, só foram estabelecidas na lei, e a maioria da população dessas comunidades vive ainda da agricultura, no entanto o aumento populacional atrai outros interesses aos próprios

moradores que na tentativa de melhorar suas condições de vida buscam outras fontes de rendas, algumas vezes fora da agricultura, passando a investir no comércio, buscando mais facilidade no seu cotidiano.

Segundo Louis Wirth (1997 [1938]) “A luta pelo espaço torna-se intensa” na busca por melhorias dentro da concorrência econômica, “o local de trabalho tende a dissociar-se do local de residência”.

A aglomeração inicial de moradias estimula também a comercialização, futuramente o que era um grupo de pessoas, será a cidade, e no futuro será o centro comercial, historicamente essa é uma transformação gradativa e conhecida, nos centros das cidades mais históricas aqui no Brasil costumam sempre existir uma igreja católica com uma pracinha na frente, uma farmácia e uma mercearia, conhecida também como bodega e uma barbearia, como não existia planejamento e nem projetos, culturalmente virou tradição essa formação de cidades. Contudo, até aí não se tem tanta diferença entre o urbano e o rural, pois as pessoas que vivem das atividades no campo praticamente são as mesmas que comercializam e praticam outras atividades, ou seja, se transforma em comerciantes. Outro fator é que tudo continua dentro do mesmo espaço geográfico, a densidade ainda é muito pequena.

Kayser (1990) diz que a urbanização deve ser entendida como um fenômeno complexo e pluridimensional, que assume diferentes formas sociais e configurações espaciais. Portanto, é fundamental observar alguns pequenos detalhes, para haver uma mudança na relação e de comportamento entre as pessoas às vezes é preciso mudar muita coisa, mas às vezes não, um simples fato de se instalar o primeiro e pequeno mercadinho em uma comunidade rural, onde antes o que existia era uma bodega tradicional, já é um fator importante inicialmente nessa mudança, esse fato é um dos acontecimentos que passa despercebido as pessoas, a visita a um mercadinho não se faz como se fazia em uma bodega, o que passa a existir de variedades é bem maior, o atendimento é completamente diferente, do mesmo jeito é quando se instala uma farmácia na comunidade rural, as pessoas começam a sentir a presença da cidade próximo de sua casa, só sabe a importância e como acontece à relação desses pequenos acontecimentos quem estudou ou vivenciou essa realidade.

O ambiente rural, no entanto apresenta processos de desenvolvimento mais lentos do que dos apresentados pelos processos de urbanização, contudo essa característica específica do desenvolvimento rural não deve ser vista como um atraso

no processo de evolução desse ambiente, o que acontece é um processo de desenvolvimento específico dessas localidades que desenvolvem relações sociais mais próximas e mais coletivas preservando suas características.

Em um primeiro momento o ambiente rural era visto apenas como grandes porções de terra com poucos moradores que se dividiam, entre os donos das terras e os sujeitos que ofertavam mão de obra para trabalhar nessas terras. Muitas regiões na zona rural brasileira se dividiam dessa maneira, no entanto as mudanças econômicas e sociais sofridas durante o processo de globalização, trazem mudanças significativas para essas comunidades. Regiões que viviam apenas de produção agrícola perdem força e é necessário o processo natural de reorganização.

O primeiro passo, como já citado no texto, é a busca por comercialização, com isso há o crescimento nos centros das cidades em busca de empregos e na tentativa de novas formas de renda através da comercialização de produtos de diversas natureza, fortifica-se assim os centros urbanos.

No entanto, há a necessidade também da reorganização dos indivíduos que permaneceriam nas localidades rurais, por diversos motivos, em sua maioria por questões financeiras, não seria possível para esses indivíduos a mudança para os centros urbanos. Assim a agricultura familiar começa a tomar força, as famílias se organizam para realizar as plantações, os cultivos e comercializar os produtos produzidos para que seja possível obter renda. Essa comercialização não se prende apenas a oferta nos centros urbanos, mas na própria comunidade em que o indivíduo está inserido.

Assim, é possível perceber que o desenvolvimento urbano é contínuo, rápido e traz características sempre marcadas pela necessidade de crescimento e desenvolvimento do meio e dos indivíduos presentes nesses ambientes, enquanto o meio rural apresenta desenvolvimento de maneira mais lenta, preservando suas características históricas e sociais, sem se deixar invadir pela rapidez da vida urbana.

4.2 A TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS

A transformação do espaço rural tem chamado atenção em muitas localidades visto que está ocorrendo um processo muito parecido com o que ocorreu nas periferias das cidades brasileiras. Em muitas comunidades, e em todo o país vem acontecendo

um inchaço geográfico, nesse sentido os problemas sociais, ambientais tendem aumentar, nos últimos anos por conta do crescimento econômico, a construção civil foi uma das áreas que mais cresceu e gerou empregos no Brasil, porém muita gente enxergou a facilidade e tirou proveito do momento para ganhar dinheiro sem nenhum compromisso social e sem seguir nenhuma regra normativa, lembrando que tudo isso aconteceu por conta também da falta de fiscalização.

Contudo, essa realidade fez com que aumentasse consideravelmente a instalação de inúmeras famílias em determinados locais que fossem mais viável do ponto de vista econômico, e assim encontrar a oportunidade para adquirir a sua casa própria, em loteamentos que são de valores compatíveis com suas rendas. Entretanto, partes desses loteamentos foram iniciados sem planejamento e sem a infraestrutura mínima necessária. Esse foi um dos fatores que contribuiu para essa transformação rural tão rápida nesta última década, isso não pode ser visto de forma homogênea, esse fenômeno não se deu de forma generalizada em todos os lugares.

O espaço rural no Brasil também foi invadido por pequenas e médias empresas interferindo assim diretamente no convívio e na relação social das comunidades, e da mesma forma esse fato também se estabelece distintamente entre as regiões. O que percebemos é um avanço de construções e mudanças aleatórias em que as pessoas não ligam para as relações estabelecidas entre a tradição e a modernização.

Segundo Carmo (2009) “nem é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem é a tradição que se apropria a sua maneira dos fenômenos urbanos”, não é apenas o moderno que invade os meios rurais, mas há também a apropriação do moderno pelo rural, ou seja, os indivíduos do meio rural, a partir da nova dinâmica aplicada a esse ambiente, iniciam um processo de readaptação que inclui adquirir aspectos socioeconômicos e socioculturais que são característicos de ambientes urbanos.

Gama (1987) fala da fase de transição do rural para urbano, como também das comunidades tradicionais que ficam mais próximas do centro. As comunidades rurais que já estão ligadas a bairros, naturalmente entrarão na fase de transição, o ambiente urbano começa a penetrar no espaço rural sem que o povo se dê conta, as pessoas sem as informações devidas começam a exigir do município a urbanização como está na lei, mas geralmente sem compreender como se dá esse processo, a construção de um plano diretor municipal bem elaborado e com a participação efetiva da

comunidade, é fundamental para que não haja atropelos e injustiças com o povo que exerce atividades rurais. Em muitos lugares inicia-se o processo de urbanização, onde praticamente toda a característica da comunidade é rural, e que a depender da região e das circunstâncias, certamente continuará prevalecendo as atividades rurais por décadas.

Contudo, o fato de existir em uma comunidade rural algumas características consideradas como pertencentes a espaços urbanos, não necessariamente fará dela uma localidade urbana, já que o rural nunca foi sinônimo de um mundo atrasado, o que existe são costumes e uma vivência cultural diferenciada, evidentemente não será mais o rural lá dos grotões, muito distante de centros urbanos, mas com características que lhe definem e que a aproximam do meio urbano.

Esse processo de construção não pode acontecer para atender interesses individuais, sem ordenamento coletivo e social, mas deve buscar uma comunidade avançada e com futuro promissor, sem que interesses individuais ou que não considerem uma visão coletiva de crescimento sejam colocados como ponto de partida. O pensamento de uma sociedade capitalista é buscar sempre o avanço e o progresso pela via puramente econômica e individualista.

Nas comunidades da zona rural onde há mais organização social e política, através de associações e ou sindicatos rurais, costuma haver mais resistência principalmente quando o assunto é a urbanização no meio rural onde vivem, e esse comportamento também é uma demonstração do modo de convivência das comunidades rurais. Todavia o debate mais polêmico acontece no momento em que se trata de uma abordagem relacionada a previdência social.

Assim, Kayser (1990,1996) Reis e Lima (1998), mencionam os processos de periurbanização, o novo contexto de urbanização e de industrialização que vão difundindo outra roupagem nas implantações de novas técnicas na contemporaneidade. Tudo vai acontecendo muito rápido, é notório que isto se deve a tecnologia, junto com a globalização, estas são invenções responsáveis pelas mudanças de tudo que vêm acontecendo em todas as nações com tanta celeridade.

Por ser de forma tão voraz não dá tempo do povo assimilar, e não consegue pensar devido a rapidez o que lhe é oferecido, por ser chamativo e acedioso, o nível de formação das pessoas, ao que parece estar muito mais para a midiaticização, o assédio de consumismo no capitalismo é triunfante, pode-se apontar como exemplo

o uso dramático de milhões de pessoas sobre o cartão de crédito, utilizando-o de forma abusiva, sem nenhum planejamento prévio.

As oportunidades que surgem para se adquirir objetos ou bens são a mesmas para todas as pessoas, mas as pessoas não são todas iguais, assim como, em sua maior parte não compreendem o funcionamento do sistema capitalista. Este comentário é um paralelo que está relacionado a velocidade e a voracidade de como tudo vem acontecendo, e as transformações que estão ocorrendo no meio rural, também são decorrentes desses mesmos fatores.

É fato que culturalmente o povo vem perdendo com essa mudança, a tranquilidade como se construía e acontecia a socialização está desaparecendo, as comemorações costumeiras das datas comemorativas, não são mais festejadas como antes, o movimento se intensificou, a violência cresceu assustadoramente, e as famílias passaram a se recolher em suas casas no início do anoitecer, esse crescimento é desproporcional e desequilibrado.

Porém, as novas relações iniciadas constroem outros laços de convivência e afetividade, reconhecendo que dentro da convivência histórica estabelecida, as práticas e atitudes, os costumes certamente vão se moldando, não vivemos mais entre muros, o diálogo é globalizado, as opiniões ultrapassam oceanos, mares e continentes numa velocidade como a da luz, conseqüentemente as mutações que acontecem como já mencionados, a velocidade é tão célere, que não sentimos as transformações.

A sociedade vai aprendendo a conviver com os novos tempos e assim vai se fortalecendo para enfrentar os novos desafios sem perder suas características, sejam elas rurais ou urbanas, no entanto nesse texto são apresentadas com maior ênfase as características rurais, tendo em vista fortalecer a necessidade da sociologia rural voltada a entender como os processos de organização social acontecem no meio rural, não o percebendo como retardatário, mas como um organização singular e específica que traz muitos aspectos de crescimento e organizações bem distribuídas.

Segundo Martins (2001),

a sociologia rural foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico. Não raro, o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de

interesse dos sociólogos rurais pelo "lado negativo", por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem.

Por muito tempo a sociologia rural esteve voltada a perceber esse ambiente como livre de avanços significativos. O meio rural era, e ainda é, percebido por muitos, como espaço de atraso social, no entanto a força dos movimentos rurais, assim como a forte representação cultural que esse ambiente apresenta foi resistente e mostrou não ser possível desconsiderar a forma própria de organização socioeconômico e sociocultural que o ambiente rural apresenta.

Com isso, hoje é possível notar os estudos da sociologia rural voltados não mais a perceber esse ambiente apenas como agrícola, mas tentar entender como se dá a organização social, econômica, cultural do meio rural. Martins (2001), explica que,

É preciso fazer mais e insistentemente com a sociologia rural o que é próprio da sociologia: objeto de uma sociologia do conhecimento, uma sociologia crítica que nos permita remover compromissos que dela fazem um instrumento da economia e da "engenharia social", remover empecilhos que ainda subsistem a que se torne um instrumento da dignidade humana e da libertação do homem de suas carências e misérias. As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que existem fora do mundo rural. São uma reserva importante de um tipo de inovação e criatividade que tende a ser destruído e que pode desaparecer.

Assim, busca-se neste trabalho mostrar a evolução do espaço rural identificando as estruturas e organizações sociais, culturais e econômicas que vão se constituindo com os avanços que interferem diretamente nesse ambiente. E para isso é necessário um estudo sociológico que identifica essas estruturas e mostra sua funcionalidade, legitimando a importância da preservação dessas organizações e o fortalecimento, através de incentivos diversos, sejam eles valorização desse ambiente que sofre preconceito, assim como incentivos financeiros por meio de programas políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo o meio rural foi visto apenas como um ambiente de retrocesso, trazendo de benefício para a economia apenas a exploração de grandes porções de terra através do Agronegócio. Assim as partes de terra que não estavam sendo exploradas por plantações eram pequenas porções com algumas famílias que, em geral, vendiam sua mão de obra para os grandes latifundiários. No entanto, essas famílias, carregadas de riqueza cultural, precisavam se organizar enquanto comunidade.

Além da necessidade de organização, que é intrínseca ao ser humano para a vida em sociedade, essas famílias carregam aspectos socioculturais que trazem por gerações e fazem parte da estruturação da comunidade rural.

A tradição de realizar pequenos plantios para o próprio consumo, assim como tradições culturais, como festas de Padroeiros, tradições juninas, cantigas de destaladeiras, são aspectos presentes nessas comunidades que alimentam as relações sociais mais próximas. São nesses aspectos em especial que as comunidades rurais se diferenciam das organizações urbanas, pois enquanto o urbano prevê a corrida para crescimento econômico, o meio rural, não tendo a mesma pressa alimenta as relações sociais.

Com relações sociais mais estabelecidas os sujeitos sociais desse ambiente passam a estabelecer relações comerciais com esses mesmos indivíduos, pois o que excedia das plantações para próprio consumo começa a ser comercializado dentro do grupo, que por ter relações sociais tem a necessidade de retribuição, esse é processo de dádiva citado por Mauss (1993).

Da dádiva surgem os processos de reciprocidade, também colocados pelo autor, que mostram a forma como essas relações mais próximas fazem com que os indivíduos se percebam nessa necessidade de receber e retribuir. Assim criam uma organização econômica própria que tem perfeito funcionamento respeitando os espaços de terra, o meio ambiente, a natureza – a maior parte dessas plantações não apresenta uso de agrotóxicos, as relações sociais – não há a grande concorrência existente nas grandes produções e a manutenções de muitos aspectos socioculturais que se perdem com os grandes avanços da globalização.

Essa forma de organização econômica do meio rural ganha o nome de Agricultura familiar e vem ganhando espaço e mostrando uma forma de organização

própria do meio rural que integra a preservação a cultura e ao meio ambiente com formas próprias de economia. Essa organização própria do meio rural traz uma maneira diferente de se pensar em crescimento econômico sem perder as relações sociais que são estabelecidas, pelo contrário fortalecendo essas relações e preservando o local de produção.

A partir do que foi colocado neste trabalho é possível perceber a necessidade de uma sociologia rural voltada para o estudo dessas organizações sociais e não para o estudo da exploração capitalista nesses ambientes, tendo em vista fortalecer e manter essas estruturas.

A agricultura familiar é a grande prova de como essas organizações estão fortalecidas e precisam ser bem observadas por se tornarem uma possibilidade não só de renda para os sujeitos desses ambientes, como também de manutenção de cultura e meio ambiente.

Diante do exposto é possível notar que são várias as possibilidades de explorar os benefícios e ganhos que a agricultura familiar traz, não apenas para o ambiente rural, mas também para o meio urbano através dos ganhos econômicos e ambientais. Com isso, esse trabalho inicia caminhos de pesquisa que podem ser ainda mais explorados através da continuidade do mesmo. A sociologia rural pode se debruçar sobre os caminhos percorridos até o período em que a agricultura familiar ganha maior atenção, caminho esse que se diferencia em cada ambiente rural, não sendo diferente nos espaços rurais da cidade de Arapiraca/AL que foram preenchidos por grandes plantações de fumo nos anos 70 e que em seu declínio trouxe a essas comunidades a sobrevivência através da agricultura familiar. Assim poder descrever esse processo em trabalhos futuros é, sem dúvida, um desafio que trará muito contentamento e que auxiliara nos estudos sociológicos dessa região.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre a agricultura familiar em Alagoas/Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2016. 56p. Disponível em: dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/bc6e26ad-d1ad-410e-baf7-9da145bffa55/download/estudo03agriculturafamiliar.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papiрус, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**: Estudos de Antropologia Social, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996b.
- BRUMER, A. *et al.* A exploração familiar no Brasil. *In*: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 179-234.
- CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, n.21, jan./ jun., 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8867>. Data de acesso: 15 out. 2019.
- CONTAG. **A CONTAG**. Brasília, DF: CONTAG, [20--]. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>
- CUT. **Breve histórico**: o que é a CUT. São Paulo: CUT, [20--]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. coordenado pela SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad105.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- DELGADO, G. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 24, n. 3, set./dez., 1994.
- DIAS, Sharon. Urbanização rentável e questão da moradia no Brasil: da financeirização à reprodução dos grandes conjuntos habitacionais, novos e velhos padrões. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.9, n.2, p. 166-173, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/viewFile/82923/51107>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago., 2011.

FAO. **Ex diretor- geral José Graziano da Silva**. Rome: FAO, [20--]. Disponível em: <http://www.fao.org/director-general/former-dg/director-general/about-me/pt/>. Acesso em: 15 out., 2019.

FAVARETO, A. S. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, out. 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dez., 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200100030. Acesso em: 15 out. 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294. cap. 2.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOTTA, M.; ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

NOVAES, R. R. Dissolver a neblina. **Teoria & Debate**, n. 08, out./dez. 1989.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v.16, n. 35, jan./abr., 2014. ISSN 1517-4522. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100008 Acesso em: 15 nov. 2019.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249 – 284, maio/ago., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2019.

ROMANO, J. O. Atores e processos sociais agrários no MERCOSUL. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6, jul. 1996.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, maio/ago. 2011.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas¹. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v. 18, n.51, fev., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso: 15 nov. 2019.